



**23 MILHAS**

## **A *Broadway*<sup>1</sup> de Ílhavo**

in <https://www.23milhas.pt/en/historia/olhar-por-dentro-a-colonia-da-gafanha/>

A Colónia Agrícola da Gafanha integra o conjunto das sete colónias construídas pela Junta de Colonização Interna. Para a compreender é necessário conhecer o contexto, objetivos e acções da Junta.

A JCI foi criada em 1936 enquadrada na política de reforma agrária que o Ministro da Agricultura e Economia, Rafael Duque, pretendia implementar, respondendo a um conjunto de questões de reformismo agrário e necessidade de industrialização do País. O aumento da produtividade agrícola do país e a promoção da calma social através da transformação dos trabalhadores agrícolas em pequenos proprietários eram objetivos centrais que contribuiriam para a fixação da população, construção, defesa e economia da nação.

O ambicioso plano inicial da JCI, expresso nas suas competências, previa a instalação de colónias agrícolas não só em terrenos e baldios do Estado, mas também nos terrenos privados entretanto adaptados ao regadio pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola. Com o exaustivo levantamento dos baldios de Portugal continental concluiu-se que poucos teriam aptidão agrícola ou seria justificável a construção da colónia, e apenas se construíram as colónias da Boalhosa, Barroso, Alvão e Sabugal; pela JAOHA nenhum terreno foi entregue à JCI, dado que existiam grandes pressões por parte dos proprietários e grandes divergências dentro do Governo, quanto à ideia de expropriação dos terrenos e instalação de casais agrícolas. A Colónia Agrícola da Gafanha foi instalada em terrenos do Estado, assim como a de Pegões, e ambas tinham o intuito de se constituir como experiência e exemplo. O projecto de colonização da Zona Norte da Mata Nacional da Gafanha – 441 hectares – era entendido como um ensaio necessário para informar o projecto de todo o Perímetro da Gafanha – do Furadouro até Mira.

### **Casal Agrícola**

A figura do Casal Agrícola assumia o papel de unidade base da colonização<sup>2</sup>. O dimensionamento da sua propriedade constituiu uma das tarefas mais significativas da Junta, desenvolvido especificamente para cada região, decorria de estudos

<sup>1</sup> A Colónia da Gafanha era conhecida entre os técnicos da JCI como 'Colónia da Broadway'

<sup>2</sup> O casal agrícola é o conjunto formado pela casa de habitação, dependências agrícolas, e terrenos agrícolas e florestais necessários para a sobrevivência de uma família média. Constitui legalmente “uma unidade económica perpétua, inalienável, indivisível e impenhorável” (Lei 2014, 1946). Um conjunto de qualidades que impedem a sua desagregação e fragmentação, quer do ponto de vista económico — mantendo o vínculo à actividade agrícola —, quer do ponto de vista físico — como se observa ainda hoje na Colónia Agrícola da Gafanha, em oposição aos territórios densamente urbanizados que a envolvem, e que representa actualmente uma oportunidade ímpar de planeamento do território —.

históricos, agrícolas e socio económicos. Na Gafanha os casais foram dimensionados com quatro hectares<sup>3</sup> e adoptado um modelo de povoamento em que o conjunto de áreas é agregado numa parcela única onde também se implanta a casa de habitação e as dependências agrícolas.

Interessa conhecer também, não só o processo de selecção e formação dos colonos, como o de concessão dos casais.

### **Perfil dos colonos, assistência e formação**

O perfil dos colonos, os requisitos da sua selecção<sup>4</sup>, espelham o Homem que o Estado Novo pretendia “construir”, e o papel da acção de colonização como um dos seus meios.

Através de um serviço de assistência tentavam-se estabelecer, a vários níveis, mecanismos moralizadores e disciplinadores do quotidiano e da conduta dos colonos, quer do ponto de vista da organização da exploração agrícola e administração do casal, quer do ponto de vista da vida familiar, intervindo na área social, saúde, higiene, cuidado da casa, religião e educação de todos os membros da família<sup>5</sup>. As acções dos colonos eram controladas por funcionários do Estado que viviam ou visitavam ciclicamente as colónias, fiscalizando não só a produção agrícola, mas também a higiene e aprumo da casa e dos seus habitantes.

Para além dos da habitação, dependências agrícolas e dos terrenos agrícolas e florestais, eram disponibilizados ao colono os animais e as alfaias que o projecto agrícola preconizava.

### **Concessão dos casais agrícolas**

O processo de concessão dos casais agrícolas decorria em várias fases. Na primeira — fruição provisória — o casal era concedido ao colono a título de experiência por um período de 3 a 5 anos, durante a qual o colono pagava uma parte das principais colheitas à junta; ao longo deste período a conduta da família era observada e avaliada. Terminado o período de experiência, se a junta considerasse o colono apto para assumir a exploração do casal, este passava à 2ª fase — fruição definitiva —. Nesta fase era feita a venda resolúvel do casal<sup>6</sup>, mediante o pagamento em [no máximo 30] prestações anuais e iguais, com uma taxa mínima de dois por cento. No final de todos os pagamentos, e do longo período em que o colono continuava a ser assistido e controlado pela Junta, era atribuído o título de propriedade definitiva do casal agrícola.

---

<sup>3</sup> Prevendo a implantação de um hectare de sequeiro, para cultivo de tremocilho, cevada, milho, fava e pasto, e três hectares de regadio, para cultivo de batata, cebola, feijão, tremocilho, milho, milharada e pasto.

<sup>4</sup> O colono deveria “ser português, menor de 45 anos, robusto e saudável, sério, ter amor ao trabalho e à família, não ser alcoólico, nem desordeiro, nem comunista, acatar a Constituição e a ordem social, ter exercido durante cinco anos mesteres agrícolas, como trabalhador rural, rendeiro, parceiro, encarregado de serviços, empresário, ou ser diplomado por escola agrícola.

<sup>5</sup> Os homens recebiam formação agrícola, as mulheres formação doméstica e de labores, as crianças para além do ensino tinham acesso, por exemplo, a colónias de férias.

<sup>6</sup> O preço do casal correspondia ao valor das terras que o constituíam, acrescido do custo dos edifícios e melhoramento neles realizados, bem como, na proporção que lhe competisse, do custo das obras de vedação, acesso, irrigação ou outras que, embora comuns a vários colonos ou proprietários, interessassem ao casal. Eram excluídos os custos de obras consideradas de interesse público ou social e os dos estudos e trabalhos de planificação geral feitos pela Junta.

## Colónia Agrícola da Gafanha

A colónia era, inicialmente constituída por 75 casais, dois edifícios pré-existentes transformados em casa do assistente técnico e assistência técnica e um Centro Social constituído por duas escolas primárias, duas residências de professoras, capela, posto médico social, escritórios e casa do guarda. Na década de 1960 uma das habitações dos casais foi transformada em posto da GNR.

## Equipamentos

Os equipamentos, à excepção da capela, que decorre do desenho da capela da Colónia Agrícola do Barroso, projecto do arquitecto Maurício Trindade Chagas em 1951, foram projectados pelo arquitecto António Trigo em 1954<sup>7</sup>. Concentram-se no centro da colónia, onde existia uma duna alta, povoada de pinhal, que foi mantida como logradouro comum no intuito de abastecer todos os casais de matos e lenhas.

## Casais

Os edifícios dos casais foram projectados em 1950 pelo arquitecto Maurício Trindade Chagas. São compostos por dois volumes – habitação e dependências agrícolas – articulados em “L”. Apesar de não existirem ligações internas entre os dois programas, garantindo questões de salubridade, nem partilharem espaços como o alpendre, os dois volumes são desenhados como um todo, sem que as diferenças de programa se expressem significativamente.

O volume dos anexos agrícolas, de planta rectangular, é desenhado com dois pisos: alpendre e estábulo no piso térreo, palheiro e armazém no piso superior, e dois silos que assumem um papel preponderante na composição volumétrica do conjunto. A nitreira é construída fora do edifício, em local afastado.

O programa da habitação responde às questões de higiene e moral debatidas pelos projectos da JCI na década anterior, para além da cozinha é composta por 3 quartos, garantindo espaço isolado para pais, filhos e filhas, e inclui no seu interior, quarto de banho com retrete. Organiza-se no volume mais baixo, de planta aproximadamente quadrada, a cozinha é o espaço central da habitação, e funciona também como entrada e espaço de distribuição.

O pátio formado pelo edifício, por onde também se processa a entrada, volta-se para a via, formando um ângulo de 45<sup>o8</sup>.

---

<sup>7</sup> Independentemente da função de cada equipamento, o arquitecto procurou fixar uma expressão arquitectónica que transmitisse um sentido de instituição, de representação de um Estado que na década de 1950 se quer representar como moderno, mas precisa também manter a escala rural que o contexto reclama. Revelam uma leitura atenta das construções populares, são caracterizados pela presença dominante de uma grande cobertura de telha em que as abas ultrapassam expressivamente os planos verticais dos paramentos. São edifícios compostos a partir de volumes simples, onde se procuram utilizar sistemas construtivos de fácil execução que permitam dotar o edifício de uma solidez e em que a necessidade de manutenção seja reduzida.

<sup>8</sup> Várias questões poderão justificar esta opção: a rotação de 45<sup>o</sup> em relação à rua, e a implantação em espelho, garante as 2 entradas voltadas para a estrada sem deixar de otimizar a orientação solar da habitação; o desenho da casa, por si só, ao conformar o pátio com a estrada, permite estabelecer uma referência de escala doméstica na imensidão da parcela; o estabelecer de uma relação de espelho entre dois casais permite fixar uma condição de vizinhança; a inclinação da casa relativamente à estrada permite também que, de vários pontos do interior do edifício seja possível uma observação com maior amplitude, quer da rua, quer dos terrenos agrícolas; a observação de escorço do edifício permite dar mais protagonismo à verticalidade dos silos e ao arco do alpendre.

O assentamento parte de um esquema de organização abstracto que, não impede, contudo, de se referenciar e integrar elementos existentes. É organizado hierarquizando dois níveis de vias: quatro 'aceiros' Oeste-Este, que predominam em toda a Mata Nacional, servem o acesso aos casais; A diagonal que atravessava os terrenos da Colónia, ligando o Forte da Barra a Ílhavo – a 'Broadway'<sup>9</sup> – suscita o traçado da sua complementar, passando a funcionar ambas como arruamentos de penetração na colónia e vias de ligação dos arruamentos dos casais ao Centro Social. Partem dos edifícios existentes - Casa Branca e Casa da Remelha – que passam a marcar as 'portas' Norte da Colónia e cruzam-se sensivelmente no centro da Colónia, no seu ponto mais elevado, onde se localiza o Centro Social, e de onde parte uma 'Alameda' em direcção a Sul, o início do eixo central de estruturação do que seriam os futuros núcleos de colonização da Mata Nacional até Mira.

Os espaços da colónia são fortemente marcados pela presença contínua de cortinas de abrigo que delimitam as parcelas. Todo o conjunto do assentamento, assim como os logradouros dos casais, foram alvo de um projecto de enquadramento e ordenamento paisagístico desenvolvido, em 1956, pelo arquitecto paisagista António Campello<sup>10</sup>.

As obras de colonização foram iniciadas em 1947. A colónia entrou em actividade em 1952 com a admissão dos primeiros colonos.

### **Outros estudos**

Apesar do que está construído ter sido projectado, sensivelmente num curto espaço de tempo e de forma bastante global, a colónia foi alvo de vários projectos anteriores, à semelhança, e que de alguma forma também dão sinal, do que se passou no percurso da JCI e nas outras colónias.

No primeiro ano de actividade a Junta leva a cabo um conjunto de tarefas que pretendiam fundamentar os seus projectos e acções. Inicia-se uma aproximação ao Instituto Superior de Agronomia que terá um papel relevante no desenvolvimento de estudos fundamentais para a metodologia de funcionamento do organismo. Neste contexto são realizados vários estudos sobre casos de 'colonizações espontâneas', entre eles, em 1938, o Relatório final de Curso de Manuel Sieuve Afonso 'A colonização da Gafanha. Subsídios para o seu estudo', onde investiga o processo de povoamento das Gafanhas e o modo como eram construídas as habitações.

Em 1942 a JCI apresentava o Plano geral de colonização do perímetro da Gafanha, delimitando uma área de estudo de 29.600 hectares, entre Matas do Estado, baldios e terrenos particulares, desde o Furadouro, em Ovar, até Mira.

---

<sup>9</sup> A associação gráfica do projecto da colónia da Gafanha com o plano de Cerdá para Barcelona é imediata, mas, curiosamente, entre os funcionários da Junta, a colónia da Gafanha era conhecida como a Colónia da Broadway em analogia a Nova Iorque!

<sup>10</sup> O projecto enquadramento e ordenamento paisagístico pretendia responder tanto a objectivos de melhoria da produção agrícola como de embelezamento da colónia: proteger os campos de cultura da acção mecânica e fisiológica do vento; promover um racional aproveitamento da função da mata e da sebe, na produção de matos e lenha; promover a exploração de pastos arbóreos em zonas de mata florestalmente de interesse secundário; proceder ao embelezamento da área ocupada pela colónia, enquadrado na sua urbanização actual.

Desse perímetro 5.550 hectares foram considerados com 'interesse para a colonização', sendo que a questão da colonização na Gafanha era colocada do ponto de vista de solucionar o problema de uma região 'super-povoada'.

Entendendo que a necessidade de transformação dos solos arenosos em solos produtivos colocava uma série de problemas, a Junta decidiu actuar 'cautelosamente, por fases, de forma a permitir colher das primeiras obras, ensinamentos substanciais para as seguintes, sem perder de vista os exemplos frutuozos dos colonos já instalados'. Neste sentido decide avançar com o projecto de colonização da parte da Mata Nacional 'imediatamente disponível'.

No projecto de colonização da Zona Norte da Mata Nacional da Gafanha, apresentado também em 1942, presumia-se que a construção, que procurava reproduzir uma 'habitação rural típica', fosse executada pelos colonos, e o desenho do assentamento não correspondia ainda ao que seria construído. O parcelamento, de traçado irregular, era ainda desenhado de forma a distribuir de forma equilibrada por todos os casais as várias qualidades do solo, e minimizar o número de caminhos a construir, resultava num conjunto sem estrutura legível.

Apenas em 1946, já em tempo de paz, é aprovada diversa legislação que permite à JCI avançar para a construção das colónias, o que na Gafanha se inicia em 1948. Nesse ano, entre outros, há registo do início de extracção de cacos da Fábrica da Vista Alegre para a construção da futura rede de estradas da colónia.

Entretanto a colaboração com o ISA continua. Henrique Manzaneres Abecasis, em 1949, desenvolve o seu relatório final do curso sobre o habitat rural, tendo a Colónia da Gafanha como um dos seus casos de estudo. Representa um conjunto de esquemas abstractos de organização de colónias agrícolas, e apresenta uma proposta de desenho para a Colónia da Gafanha, em que um desses esquemas abstractos é incorporado, e que se aproxima muito da versão que veio a ser construída.

A segunda parte do projecto de colonização da Gafanha abrangendo os terrenos baldios e Mata Nacional compreendidos entre a estrada Ílhavo-Mota da Gafanha da Encarnação e o limite Sul do concelho de Cantanhede foi alvo de vários estudos. O insucesso económico da transformação dos solos arenosos em produtivos, inviabilizou a sua execução, resumindo-se a acção de colonização à instalação de uma unidade de exploração agro-pecuária experimental gerida directamente pela JCI.

O projecto de colonização desenvolvido por António Campello em 1954 previa a instalação de 451 casais agrícolas, com cerca de quatro hectares, organizados em três núcleos. Cada núcleo integrava vários "aldeamentos" estruturados em linha ao longo das estradas. Os equipamentos de apoio localizavam-se nos cruzamentos e em zonas de dunas mais elevadas.

Em 1957 é proposto para o núcleo dos baldios de Videira um "aldeamento concentrado". O desenho do assentamento, assinado pelo arquitecto Vasco Lobo, estrutura os edifícios dos casais em banda e propõe um grande espaço central onde se implantam os equipamentos. Os edifícios dos casais dos casais são projectados pelo arquitecto Henrique Taveira Soares.